



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/0404

Área Requisitante/Técnica	Gerência de Gestão de Pessoas – GGP
Área de Apoio Administrativo	Gerência de Compras e Contratos – GCC

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrantes Requisitantes / Técnicos	Shirley Domingues, matrícula 579 Flávia Cristina Bianchin, matrícula 1092
Integrantes da Área de Apoio Administrativo	Ingrid Wendy Carrel, matrícula 1177 Henrique Pereira Soares, matrícula 975

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO	Serviço Continuado <u>SEM</u> dedicação Exclusiva de Mão de Obra
-------------------------	--

#### 1. OBJETO

1.1. O presente ETP trata da contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos (ESFL) para recrutamento, seleção, capacitação, preparação e disponibilização de jovens aprendizes, bem como a gestão dos respectivos contratos de aprendizagem a serem selados pelo Coren-SP, nos termos da Lei 10.097, de 2000 e do Decreto nº 5.598, de 2005.

1.2. Os serviços deste expediente podem ser classificados como de natureza comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2002.

1.3. O código CATSER correspondente ao objeto deste ETP é o de número 15156 - Administração / execução projeto educacional - convênio / estágio / universitário / monitor.

#### 2. ANÁLISE E IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Aprendizagem Profissional é um instrumento de qualificação profissional para adolescentes e jovens, concretizado através da obrigação legal de cumprimento de cota de contratação de aprendizes pelas empresas, que se tornam responsáveis por assegurar formação técnico-profissional metódica a adolescentes e jovens, desenvolvida por meio de atividades teóricas e práticas que são organizadas em tarefas de complexidade progressiva.

2.2. O Coren-SP, adotando o regime jurídico celetista para a contratação de seus empregados, obriga-se ao atendimento do disposto no caput do art. 429 da CLT c/c §2º do art. 51 do Decreto nº 9.579/2018, que determina que estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos oferecidos pelos serviços nacionais de aprendizagem o número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento cujas funções demandem formação profissional.

2.3. Isto posto, a formalização de demanda que motivou a abertura deste PA 404/2022 relaciona-se ao atingimento, em 06/12/2022, do limite de vigência definido pelo art. 57, II da Lei nº 8.666/1993 do contrato firmado junto ao CIEE, atual serviço de aprendizagem contratado pelo Coren-SP, justificando a realização de novo procedimento de contratação.

2.4. Cabe informar que, no âmbito do Coren-SP, o Programa de Aprendizagem é disciplinado pela Portaria COREN-SP-DIR-91-2022.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 3. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

**3.1.** A contratação está alinhada com os projetos e ações contidos no Planejamento Estratégico 2022-2024 da Gerência de Gestão de Pessoas do Coren-SP, conforme segue:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
TEMA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Administrar o Programa de Aprendizagem e Estágio (ID120)	Realizar o levantamento das necessidades com as áreas; Realizar o acompanhamento de frequência e avaliação dos estagiários/aprendizes junto às áreas; Atentar-se aos prazos e pagamentos por meio do fiscal de contrato

### 4. DA ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

**4.1.** Atualmente, os serviços relacionados ao programa de aprendizagem são prestados pelo Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, Entidade sem Fins Lucrativos (ESFL) vencedora do PE nº 32/2017, [primeira] e última licitação realizada pelo Coren-SP para o objeto em questão. No presente momento, o CIEE e Coren-SP realizam a gestão de 08 (oito) aprendizes, lotados na unidade Sede do Coren-SP.

**4.2.** Tendo em vista que a prestação dos serviços pelo CIEE ocorreu de maneira satisfatória, inexistindo histórico de intercorrências não resolvidas junto à Contratada, o instrumento inicial nº 44/2017, sofreu aditamentos de vigência contratual, sendo que, em 06/12/2022, atingirá o limite de 60 (sessenta) meses definidos pelo art. 67, II da Lei nº 8.666/1993 (sem possibilidade de nova prorrogação, portanto).

**4.3.** Assim sendo, em relação ao modelo execução do objeto delineado no PE nº 32/2017, após quase cinco anos de utilização dos serviços contratados, relata-se o seguinte:

*Serviço prestado com a qualidade satisfatória pela Contratada, considerando o tempo de atendimento das demandas, tanto na contratação inicial como na substituição, bem como nas demais necessidades aplicadas ao contratado.*

### 5. EXAME DOS PRINCIPAIS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS

**5.1.1.** Cabendo, a princípio, observar que o Coren-SP se encontra em fase de realização de estudos internos e capacitação de pessoal para a implantação da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação deverá seguir o rito da Lei nº 8.666/1993 e legislação que a acompanha. Isto posto, os seguintes normativos são relacionados ao objeto da contratação: **DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943** - Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho;

**5.1.2. DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018** - Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências;

**5.1.3. PORTARIA -MTE Nº 723 DE 23 de abril de 2012** - regulamenta e dá outras diretrizes acerca da Aprendizagem Profissional.

### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 6.1. Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade

**6.1.1.** A entidade sem fins lucrativos contratada deverá atender aos requisitos e critérios estabelecidos pela legislação que trata da aprendizagem;

**6.1.2.** A entidade sem fins lucrativos contratada deverá ofertar programa de formação profissional relacionado ao arco ocupacional determinado pelo Coren-SP, disponibilizando, previamente ao



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

início da execução do contrato a proposta metodológica da formação teórica do aprendiz, de acordo com os parâmetros determinados pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia;

**6.1.3.** A entidade sem fins lucrativos contratada deverá proporcionar acesso a todas as informações necessárias, bem como executar todos os atos de sua responsabilidade e definidos contratualmente relacionados ao programa de aprendizagem do Coren-SP, dentre eles, recrutamento e encaminhamento à Contratante dos candidatos ao programa de aprendizagem, conforme critérios definidos na legislação que trata do Tema;

**6.1.4.** Absorver e dar continuidade na capacitação dos contratados em atividade por ocasião do início da vigência contratual nos conteúdos de acordo com o arco de capacitação característico;

**6.1.5.** A entidade sem fins lucrativos contratada deverá acompanhar as atividades, o desempenho pedagógico e a frequência do aprendiz em relação ao Programa de Aprendizagem e ao ensino médio regular, quando o caso;

**6.1.6.** A entidade sem fins lucrativos contratada deverá disponibilizar ferramenta online que viabilize à Contratante consultar frequência dos jovens aprendizes nas atividades teóricas ou, alternativamente, encaminhar à Contratante, mensalmente, as referidas informações;

**6.1.7.** A entidade sem fins lucrativos contratada deverá possuir equipe multidisciplinar composta minimamente por Pedagogo, Psicólogo e Assistente social garantindo o desenvolvimento dentro dos pressupostos pedagógico e psicossocial;

**6.1.8.** A entidade sem fins lucrativos contratada deverá promover a avaliação periódica do aprendiz, em período prévio acordado no tocante ao Programa de Aprendizagem e emitir certificado de qualificação em nome do adolescente, após a conclusão do programa com aproveitamento satisfatório;

**6.1.9.** A entidade sem fins lucrativos contratada deverá possuir instalações físicas nos municípios relacionados pelo Coren-SP neste instrumento, em locais que viabilizem o acesso dos aprendizes e em condições de higiene, salubridade, segurança, que contem com infraestrutura composta minimamente por salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática, fornecimento de materiais pedagógicos e outros que permitam cumprir com o Programa de Aprendizado. Ainda, deverá assegurar que o número máximo de estudantes por turma não comprometa o desenvolvimento individual dos jovens nas atividades relativas à aprendizagem teórica.

### 6.2. Requisitos Documentais

**6.2.1.** Comprovação de inscrição da ESFL no Cadastro Nacional de Aprendizagem – CNAP da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia;

**6.2.2.** Comprovação de inscrição da ESFL no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### 6.3. Natureza Continuada (ou não) do Serviço

**6.3.1.** O serviço objeto de estudo deste ETP classifica-se como continuado, conforme definição do art. 15º da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, devendo ser estendido além de um exercício financeiro, tendo em vista que a sua interrupção comprometerá o atendimento, pelo Coren-SP, da obrigação legal definida no art. 429, *caput*, da CLT, que determina que *“os estabelecimentos de qualquer natureza [i.e. celetistas] são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional”*.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 6.4. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

**6.4.1.** Considerando o objeto de estudo deste ETP, a Equipe de Planejamento não encontrou critérios de sustentabilidade que pudessem ser verificados no curso da execução contratual.

### 6.5. Duração Inicial do Contrato

**6.5.1.** O prazo de duração do contrato será de 30 (vinte) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.

**6.5.2.** Em relação ao período proposto para termo inicial do contrato, cabe destacar que este, período do contrato vigente, inclusive, visa a atender a critérios de economicidade e de conveniência administrativa para o Coren-SP, tendo em vista o caráter operacional limitado da área de contratos da Autarquia, reduzindo a carga administrativa e de custos resultante da tramitação de processos de renovação contratual, seja em relação ao *custo do homem-hora*, já que o fluxo de renovações contratuais do Coren-SP perpassa por uma quantidade significativa de mesas e setores seja em relação ao custo da burocracia própria das renovações contratuais (custo com publicações no DOU, por exemplo).

Ademais, o período de vigência contratual para o objeto em questão não promoverá prejuízo no acompanhamento da execução do objeto, haja vistas a disciplina do instrumento de medição de resultados, IMR e tampouco prejuízo relacionado ao processo de reajustamento anual do contrato, cuja disciplina compõe do Termo de Referência. Ainda, trata-se de contrato que, historicamente, não apresentou qualquer problema operacional ou administrativo demonstrasse risco não contornável em relação à sugestão de vigência inicial de 30 (trinta) meses.

### 6.6. Da Garantia da Execução

**6.6.1.** Não será exigida para o contrato decorrente do objeto de estudos deste ETP, visto que o modelo de execução estabelecido pelo Coren-SP define que a contratação e gestão do contrato de trabalho dos aprendizes será de responsabilidade do Coren-SP, não configurando, então, situação análoga à contratação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, quando seria devido a exigência de garantia contratual. Assim sendo, a EPC não identificou eventuais intercorrências ou prejuízos pela inexecução do contrato que possam justificar os custos relacionados à exigência de garantia sobre o contrato.

### 6.7. Transição Contratual

**6.7.1.** Não será necessário à Contratada promover transição contratual do objeto com transferência de conhecimentos, tecnologias ou técnicas aplicadas.

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

**7.1.** A contratação dos aprendizes poderá ser na forma direta ou indireta, nos termos dos art. 429 e 431 da CLT e detalhadas na Subseção II do Capítulo V do Decreto nº 9.579/2018.

**7.2.** A contratação direta é aquela realizada entre o estabelecimento obrigado ao cumprimento da cota e o aprendiz, típica relação de trabalho celetista com contrato especial de aprendizagem. O estabelecimento cumpridor de cota é o empregador do aprendiz e assina sua CTPS.

**7.3.** A contratação indireta, por sua vez, ocorre quando a entidade de formação profissional assume a condição de empregadora do aprendiz, além de lhe proporcionar a formação teórica prevista no programa de aprendizagem. São autorizadas para essa forma de contratação as entidades sem fins lucrativos e as entidades de prática desportiva que formalizarão previamente contrato ou convênio com o



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

estabelecimento que deve cumprir a cota. Na forma de contratação indireta, a entidade que assume a condição de empregadora deve registrar nos documentos trabalhistas a razão social, o endereço e o número de inscrição no CNPJ do estabelecimento responsável pelo cumprimento da cota.

**7.4.** O Coren-SP, conforme Portaria Coren-SP/DIR/091-2022 optou pelo procedimento de contratação direta, porém, não possuindo meios para proporcionar a formação teórica prevista no programa de aprendizagem, optou por contratá-lo, acompanhado do recrutamento e seleção dos jovens aprendizes, a uma instituição legalmente qualificada<sup>1</sup> para fazê-lo: Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL), que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

**7.5.** Em continuidade, tratando de contratações realizadas no âmbito da Administração Pública, a EPC selecionou 05 certames de objetos similares, dentre licitações realizadas entre nov/2021 a mar/2022, com breve resumo dos achados abaixo:

Id.	UASG - ÓRGÃO - LICITAÇÃO	OBJETO	OBSERVAÇÕES
1	UASG: 135016 - PE: 02/2022 - EMBRAPA	O objeto desta convocação é a contratação de instituição sem fins lucrativos que tenha por objetivo a assistência ao adolescente e educação profissional, visando à formação técnico-profissional de jovens aprendizes (ambos os sexos), por meio da realização de atividades teóricas cujo desenvolvimento será de responsabilidade da contratada e atividades práticas que serão organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.	Duração do contrato: 60 meses. O valor estimado da taxa administrativa/despesa com formação teórica foi homologado em R\$230,00
2	UASG: 986001 - PE: 37/2021 - PMRJ	Contratação de entidade sem fins lucrativos qualificada na formação técnico-profissional metódica, para prestação de serviços de recrutamento, seleção, contratação e acompanhamento de 7(sete) jovens aprendizes nas dependências da IPLANRIO.	Duração do contrato: 24 meses. O valor estimado da taxa administrativa/despesa com formação teórica foi homologado em R\$361,00.
3	UASG 806030 -SERPRO - PE 1454/2021	Contratação de serviços contínuos de capacitação de jovens em Programa de Aprendizagem.	Duração do contrato: 60 meses. O valor estimado do custo operacional/administração foi homologado em R\$215,00.
4	UASG 275068 - CBTU - PE 12/2021	Contratação de serviços contínuos de capacitação de jovens em Programa de Aprendizagem.	Duração do contrato: 24 meses. O valor estimado do custo operacional/administração foi homologado em R\$131,29.
5	UASG 495650 - CPRM - PE 14/2021	Contratação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica para formação de jovens aprendizes.	Duração do contrato: 12 meses. O valor estimado do custo operacional/administração foi homologado em R\$156,93.

**7.6.** Do excerto de licitações acima, algumas semelhanças foram observadas, entre as quais destacamos: contratações realizadas por meio de pregão eletrônico, similaridade nas exigências de qualificação técnica e especificações técnica em geral, incluindo-se períodos de vigência contratual inicial superiores a 12 (doze) meses. Em termos de diferenças, verificado a existência de órgãos que optaram pelo modelo de contratação indireto e outros, como o Coren-SP, de forma direta.

**7.7.** A EPC, então, a partir da experiência exitosa do contrato atual do Coren-SP, entende como viável a manutenção do modelo atual de Solução, isto é, contratação direta dos aprendizes pelo Coren-SP, com o

<sup>1</sup> São qualificadas para ministrar cursos de aprendizagem as seguintes instituições: Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, Escolas Técnicas de Educação; As Entidades sem Fins Lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, com registro no CMDCA e Entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. As instituições e os cursos por elas oferecidos e validados pelo Ministério da Economia podem ser encontrados no Cadastro Nacional de Aprendizagem - CNAP.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

apoio logístico e relacionado ao programa de aprendizagem por um ESFL contratada.

### 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**8.1.** A contratação do serviço prevê prestação de serviços, de natureza continuada, para recrutamento, seleção, contratação, capacitação, acompanhamento e disponibilização de Jovens Aprendizizes.

**8.2.** De acordo com a Lei Nº 10.927/2000, ampliada pelo Decreto Nº 9579/2018, a formação técnico-profissional deve ser constituída por atividades teóricas e práticas, a formação dos jovens deve ser realizada em programas de aprendizagem.

**8.3.** Os serviços serão executados, na forma da legislação em vigor, nas dependências da Contratante nas cidades de São Paulo, Campinas, Santos e Ribeirão Preto.

**8.4.** Os aprendizes cumprirão jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, distribuídas da seguinte forma:

- a)** 24 (vinte e quatro) horas de aprendizagem prática a serem realizadas nas dependências da Contratante
- b)** 06 (seis) horas de aprendizagem teórica a serem realizadas nas dependências da Contratada, em dias da semana a definir.

**8.5.** O curso de aprendizagem terá duração máxima de 02 (dois) anos, conforme Art. 3º do Decreto nº 5598/05.

**8.6.** Os serviços que os aprendizes desenvolverão no Coren-SP relacionam-se às atividades de auxiliar de escritório/administrativo, previsto no Arco 5, Ocupação C, Código CBO 4110-05, 4151-05 – Arquivista/arquivador; 4141-05 – Almoxarife; 4122-05 – Contínuo/office-boy/office-girl.

### 9. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

**9.1.** A definição do quantitativo mínimo e máximo de aprendizes deverá ser estabelecida em conformidade com a disciplina do art. 51, caput, do Decreto nº 9579/2018. No âmbito do Coren-SP, a partir de levantamentos realizados pela Gerência de Gestão de Pessoas, área requisitante da Solução, foi estipulada possibilidade de contratação de até 20 (vinte) aprendizes, distribuídos entre as unidades de São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e Santos, respeitados o limite orçamentário e quadro de pessoal no momento das respectivas contratações.

### 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

#### 10.1. Da unidade de precificação do objeto

**10.1.1.** Considerando o modelo de contratação de aprendizes definido pelo Coren-SP, a unidade de remuneração da ESFL a ser contratada será a da taxa administrativa mensal/aprendiz contratado pelo Coren-SP. O valor em questão, destaque-se, é destinado a acobertar os custos da ESFL relacionados ao recrutamento, seleção, capacitação, preparação e disponibilização dos aprendizes ao Coren-SP, bem como a gestão dos respectivos contratos de aprendizagem.

#### 10.2. Do Valor Máximo Aceitável

**10.2.1.** O valor máximo aceitável para a contratação, correspondendo à quantidade máxima de 20 (vinte) aprendizes para um período de 30 (trinta) meses, é de R\$ 136.998,00 (cento e trinta e seis mil, novecentos e noventa e oito reais), conforme resumo da tabela abaixo e Mapa Comparativo de Preços (Apenso 1 deste ETP).



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA DE APRENDIZES	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (30 MESES)
1	Contratação de entidade sem fins lucrativos para preparação, capacitação e disponibilização de jovens aprendizes para o Coren-SP	TAXA ADM (aprendiz/mês)	20 (vinte)	R\$ 228,33	R\$ 4.566,60	R\$ 136.998,00

### 10.3. Da metodologia da pesquisa estimativa de preços

**10.3.1.** A pesquisa estimativa de preços para definição do valor unitário máximo aceitável da taxa administrativa (aprendiz/mês) foi realizada em conformidade com os parâmetros estabelecidos nos incisos II e III do art. 5º da IN SGD/ME nº 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

### 11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (SE APLICÁVEL)

**11.1.** O objeto de Estudo deste ETP deverá ser licitado como item único, com contratação de ESFL que atenda às necessidades do Coren-SP manifestadas nos requisitos da contratação supra. Note-se, em tempo, que é afastada a hipótese de restrição à concorrência, na hipótese de contratação de aprendizes em mais de um município do Estado de São Paulo, considerando achados das licitações consultadas pela EPC, quando foi observado entidades sem fins lucrativos participando de certames em locais diferentes dos seus respectivos locais de funcionamento.

### 12. INDICADORES PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE ESPERADA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**12.1.** Os indicadores estarão detalhados em anexo específico do Termo de Referência, por meio do Anexo Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

### 13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**13.1.** Com a adoção da solução de contratação de empresa especializada para recrutamento, seleção, capacitação, preparação de jovens aprendizes, busca-se priorizar a realização das atividades finalísticas do órgão e o aproveitamento racional dos recursos humanos, reduzindo custos e o acúmulo de atividades auxiliares.

### 14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

**14.1.** A equipe da unidade requisitante, a Gerência de Gestão de Pessoas, acompanhado da fiscalização do contrato a ser firmado para o objeto de estudos deste ETP deverá, durante toda a vigência contratual, realizar gestões para garantir o harmônico andamento dos contratos de aprendizagem firmados, de forma a atingir os objetivos estabelecidos relacionados à aprendizagem profissional, bem como atendimento aos regramentos legais.

### 15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO (SE APLICÁVEIS)

**15.1.** Não foram observados pela EPC possíveis impactos ambientais relacionados ao objeto de estudos deste ETP.

### 16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**16.1.** As despesas correrão pelo Elemento de Despesa de nº 6.2.2.1.1.33.90.39.002.053 – Intermediação Jovem Aprendiz.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos obtidos neste estudo preliminar realizado por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que **É VIÁVEL** a presente contratação.

### DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que as informações contidas no presente ETP **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

O presente Estudo Preliminar é parte integrante do Termo de Referência desta contratação e deverá ser publicado enquanto anexo do Edital de Licitação.

São Paulo, 29 de junho de 2022.

INTEGRANTE REQUISITANTE	<b>Flavia Cristina Bianchin</b> Gerente - GGP Matrícula 1092
INTEGRANTE TÉCNICO	<b>Shirley Domingues</b> Analista de RH matrícula 579
INTEGRANTES DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO	<b>Ingrid Wendy Carrel</b> Assessora I - GCC Matrícula 1117  <b>Henrique Pereira Soares</b> Coordenador de Área – GCC/SCC Matrícula 975